

PROCESSO - N. F. Nº - 206897.3014/16-4
NOTIFICADO - CONFINAR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
NOTIFICANTE - CARLOS ALBERTO PEREIRA LIMA
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ CHAPADA DIAMANTINA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 04/06/2024

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACORDÃO JJF Nº 0093-03/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OMISSÃO DE ENTRADAS E OMISSÃO DE SAÍDAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Ajustes realizados por fiscal estranho ao feito em sede de diligência reduziu o valor originalmente lançado. Infração parcialmente subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal foi lavrada em 30/09/2016 e exige crédito tributário no valor de R\$ 6.771,72, acrescido da multa de 100%, pela falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas, como de saídas de mercadorias, sendo exigido imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – as operações de entradas – com base na presunção legal de que o sujeito passivo ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício, nos anos de 2013 e 2014. (Infração 04.05.05).

O Autuado impugna o lançamento fiscal fls. 38/51. Afirma que vem, nos termos da legislação vigente apresentar impugnação à Notificação Fiscal, aduzindo os fatos e razões de direito a seguir demonstrados. Transcreve a acusação fiscal com o respectivo enquadramento legal. Registra que a defesa é tempestiva.

Argui nulidade. Reproduz planilhas do levantamento fiscal referente ao exercício de 2013 e logo após, aponta quantidades diversas da anotada pela fiscalização, tanto nas Entradas, como nas Saídas e nos Estoques, mencionando o número da nota fiscal ou cupom fiscal, afirmando o registro de tais documentos no SPED da empresa. Repete o mesmo procedimento para o exercício de 2014.

Requer que ante a vasta documentação apresentada, sejam julgados procedentes os seguintes pedidos: a) decretação da nulidade da notificação, visto ser a acusação fiscal incompatível com os fatos apresentados; b) realização de diligência por fiscal estranho ao feito para comprovar as alegações defensivas, e a apresentação de todos os meios de prova em direito admitidos, além da juntada de documentos posteriormente.

O Notificante presta a informação fiscal fls. 95/96. Repete a irregularidade apurada em ação fiscal. Explica que se trata de Notificação Fiscal contendo 01 infração.

Afirma que a empresa reproduz em relatórios, os números já apresentados no levantamento de estoque e, portanto, já anexados ao processo.

Aduz que a defesa lista, ainda, outros relatórios de entradas e saídas, sem, contudo, contestar os números apresentados ou trazer novos números, dos resultados dos estoques.

Da análise dos argumentos de defesa, verifica que a Notificação Fiscal contém os elementos esclarecedores da infração, onde constam a descrição dos fatos e o enquadramento legal; acompanham o presente processo um demonstrativo de débito, onde constam os valores reclamados no período fiscalizado; além disso, consta no mesmo demonstrativo de débito, uma

base de cálculo que resultou das quantidades omitidas, conforme levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadoria, além do que foram definidas alíquota e multa a ser aplicada nos termos da legislação.

Informa ainda, que constam os relatórios necessários ao esclarecimento da infração e que foram entregues ao contribuinte, representante legal, conforme protocolo nas páginas 16 a 18 (em 10/10/2016) e que dentre tais demonstrativos constam lista das notas fiscais de entradas e de saídas que compõem a omissão de entradas reclamada neste lançamento.

Pelo exposto e considerando que o lançamento obedeceu aos requisitos dispostos no artigo 28, bem como, no art. 39 do RPAP/99 e por considerar que foram anexados e entregues, sob protocolo, os relatórios esclarecedores da infração, permitindo a análise das quantidades reclamadas em levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias e o amplo exercício da defesa, não acata os argumentos defensivos, pois estes se limitaram a postular a anulação em nome de erros em requisitos formais, sem, entretanto, ter apontado quais teriam sido os erros cometidos contra si, nem apontou novos números que viessem a confrontar os resultados de estoque.

Assim, requer a procedência da Notificação, no seu total reclamado. Conclui serem as informações para conhecimento, análise e decisão pelo Conselho de Fazenda.

Considerando a persistência da lide, visto que o Notificado apontou e juntou provas de inconsistências no levantamento fiscal, esta 3ª JJF, em busca da verdade material, em pauta suplementar, decidiu pela conversão do presente processo em diligência fl. 98, à Infaz Jacobina, a fim de que o Notificante apreciasse os fatos arguidos pela defesa, apreciando de forma fundamentada, conforme disposto no § 6º, do art. 127 do RPAF/99. Caso se fizesse necessário, intimasse o Notificado para apresentar as provas das alegações de sua defesa.

A diligência foi cumprida por Auditor fiscal estranho ao feito designado pela Inspeção de Jacobina, fls. 102/103.

O diligenciador afirma, que da análise dos arquivos da EFD do contribuinte, dos documentos fiscais e demonstrativos elaborados pelo Autuante constatou que o Notificado utilizou, para diversas mercadorias, mais de um código em um mesmo período de apuração. Citou exemplos.

Diz que, como solução foram elaborados novos demonstrativos do levantamento fiscal, que foram anexados ao processo, agrupando os diversos códigos para a mesma mercadoria conforme previsto na portaria 445/98, o que resultou na alteração dos valores da infração. Para o ano de 2013, remanesce R\$ 665,65. Para o exercício de 2014, com a elaboração dos novos demonstrativos, a infração foi alterada de 04.05.05 para 04.05.02 e o valor remanescente do ICMS devido é de R\$ 269,49.

O Notificado tomou ciência recebendo os novos demonstrativos fls. 104/105 e cópia do CD fl. 106, conforme documento fl. 108. Decorrido o prazo regulamentar permaneceu silente.

VOTO

Preliminarmente, analisando os elementos que compõem o presente PAF, verifico que a Notificação Fiscal foi lavrada em consonância com a lei nº 7014/96 e o RICMS/2012. A irregularidade apurada está devidamente demonstrada no levantamento fiscal que serve de base ao lançamento de ofício, tendo sido dada ciência ao contribuinte, lhe possibilitando defender-se, não havendo, portanto, que se falar em cerceamento de defesa.

Nesse sentido, no que tange às questões formais, verifico estarem presentes os pressupostos de validade processual, não faltando requisitos essenciais para surtir os efeitos jurídicos pertinentes, encontrando-se definidos, o Notificado, o montante devido e o fato gerador do débito tributário reclamado. Portanto, o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente, não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF/BA, para se decretar a nulidade da autuação.

No mérito, versa a presente Notificação Fiscal sobre exigência de crédito tributário pela falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas, como de saídas de mercadorias, sendo exigido imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – as operações de entradas – com base na presunção legal de que o sujeito passivo ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício, nos anos de 2013 e 2014. (Infração 04.05.05).

O impugnante em sua defesa reproduziu o levantamento fiscal referente aos exercícios de 2013 e 2014, apontando quantidades diversas das anotadas pela fiscalização, tanto nas Entradas, como nas Saídas e nos Estoques. Mencionou número de notas fiscais, afirmando que tais documentos estão registrados no SPED da empresa. Requereu realização de diligência fiscal para atestar os números apresentados em sua defesa.

Esta 3ª JJF atendeu à solicitação do Notificado, e Auditor Fiscal designado pela Inspetoria Fazendária realizou a diligência.

O preposto fiscal designado, afirmou na informação fiscal sobre a diligência, que da análise dos arquivos da EFD do contribuinte, dos documentos fiscais e demonstrativos elaborados pelo Autuante, constatou que o Notificado utilizou, para diversas mercadorias, mais de um código em um mesmo período de apuração. Citou exemplos.

Disse que como solução foram elaborados novos demonstrativos que foram anexados ao processo, agrupando os diversos códigos para a mesma mercadoria, conforme previsto na Portaria 445/98, o que resultou na alteração dos valores da infração. Para o ano de 2013, remanesce R\$ 665,65. Para o exercício de 2014, com a elaboração dos novos demonstrativos, a infração foi alterada de 04.05.05 para 04.05.02 e o valor remanescente do ICMS devido é de R\$ 269,49.

É importante ressaltar, que o Notificado tomou ciência do resultado da diligência, recebeu cópia dos demonstrativos ajustados e decorrido prazo regulamentar permaneceu silente.

Neste cenário, da análise de todos os elementos constantes deste processo, acato as conclusões do preposto fazendário considerando que estão em consonância com a legislação de regência e declaro a subsistência parcial da presente Notificação fiscal, remanescendo o valor histórico de R\$ 935,14.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº **206897.3014/16-4**, lavrada contra **CONFINAR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.**, devendo ser intimado o Notificado, para realizar o recolhimento do imposto no valor de **R\$ 935,14**, acrescido da multa de 100%, prevista no inciso III, do art. 42 da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 21 de maio de 2024.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS — JULGADOR